

Aquisição de Bens

ABS/36/2020

CADERNO DE ENCARGOS

Concurso Público para a “aquisição de contadores de água”

Art.º 130.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP),
Aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação introduzida pelo Decreto- Lei
n.º 111-B /2017, de 31 de agosto com as alterações vigentes

ÍNDICE

Objeto do concurso	3
Contrato	3
Prazo	3
Obrigações principais do fornecedor.....	4
Conformidade e operacionalidade dos bens.....	4
Entrega dos bens objeto do contrato	5
Garantia técnica.....	5
Objeto do dever de sigilo.....	5
Prazo do dever de sigilo	5
Preço Contratual.....	6
Condições de Pagamento	6
Penalidades contratuais e resolução	7
Força maior	7
Resolução por parte do contraente público.....	8
Resolução por parte do fornecedor	8
Foro Competente.....	8
Subcontratação e cessão da posição contratual.....	9
Comunicações e notificações.....	9
Contagem de prazos.....	9
Fiscalização.....	9
Caraterísticas Técnicas e Disposições Específicas.....	10

Capítulo I

Disposições Gerais

Cláusula 1.^a

Objeto do concurso

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal “**aquisição de contadores de água**”, de acordo com as características técnicas e referência a aspetos essenciais anexas ao presente caderno de encargos.
2. O preço base do procedimento é de 45.000,00€ (quarenta e cinco mil euros), ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.
3. Considerando que as quantidades indicadas nas anexas características técnicas e disposições específicas – mapa de quantidades e especificações são estimadas, o valor pago é o realizado, podendo haver rotatividade entre os contadores adquirir, até que se esgote o valor contratual.

Cláusula 2.^a

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 61.º do Código dos Contratos Públicos (CCP);
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário;
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
5. De acordo com o disposto no n.º1 do art.º 5.º da Lei n.º8/2012, de 21 de fevereiro conjugado com o disposto nos n.ºs 2 e 3 do art.º 7.º do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, não podem ser assumidos compromissos que excedam os fundos disponíveis, pelo que o Município se reserva no direito de não proceder à adjudicação dos serviços, caso se verifica a inexistência de fundos disponíveis.

Cláusula 3.^a

Prazo

O contrato terá início na data da sua outorga e vigorará pelo período de 36 (trinta e seis) meses ou até se esgotar a entrega da totalidade dos bens, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do fornecedor

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 4.^a

Obrigações principais do fornecedor

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta, de acordo com as especificações técnicas exigidas e anexas ao presente caderno de encargos;
- b) Obrigação de garantia dos bens;
- c) Obrigação de cumprir os prazos de entrega máximos referidos nas peças do procedimento;
- d) Obrigação de entregar os bens no lugar indicado pelo Município no anexo, características técnicas;
- e) Obrigação de manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que digam respeito à Câmara Municipal de Arganil.
- f) Fornecimento de toda a informação técnica relativa ao equipamento fornecido, em língua portuguesa;

Cláusula 5.^a

Conformidade e operacionalidade dos bens

1. O fornecedor obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nas especificações técnicas anexas ao presente Caderno de Encargos, que dele fazem parte integrante.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à garantia de bens de consumo, no que respeita à conformidade dos bens.
4. O fornecedor é responsável perante o Município de Arganil por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe sejam entregues.

Cláusula 6.^a

Entrega dos bens objeto do contrato

1. Os bens objeto do contrato deverão ser entregues nas instalações do Município de Arganil, no prazo máximo de dez dias úteis a contar da data do envio de requisição.
2. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do fornecedor.

Cláusula 7.^a

Garantia técnica

1. Nos termos da presente cláusula, o fornecedor é responsável e garante os bens objeto do contrato, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos nas características técnicas anexas ao presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação dos bens.
2. A garantia prevista no número anterior abrange:
 - a) O fornecimento dos bens;
 - b) A substituição e a devolução daqueles bens em caso de defeito;
 - c) A deslocação ao local da entrega.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 8.^a

Objeto do dever de sigilo

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Arganil, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

Cláusula 9.^a

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de cinco anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Seção II

Obrigações do Município de Arganil

Cláusula 10.^a

Preço Contratual

1. Pela aquisição dos bens objeto do presente contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Arganil deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a qual não poderá ser superior ao valor base referido na cláusula 1.^a do presente caderno de encargos.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 11.^a

Condições de Pagamento

1. As quantias devidas pelo Município de Arganil, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a receção pelo Município de Arganil das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva. Todavia, em caso de descontos de pagamento, em que o Município considere que o seu valor justifica, poderá o pagamento ser efetuado de acordo com os prazos apresentados na proposta.
2. Em caso de discordância por parte do Município de Arganil, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de documento de regularização, no prazo 30 dias.
3. De acordo com o n.º 2 do art.º 8 do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, conjugada com a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, independentemente da duração do respetivo contrato, se o montante a pagar não puder ser determinado no momento da celebração do contrato, nomeadamente por depender dos consumos a efetuar pela entidade adjudicante, a assunção de compromisso far-se-á pelo montante efetivamente a pagar no período de determinação dos fundos disponíveis.
4. A (s) fatura (s) referente ao presente contrato só poderão ser emitidas após o vencimento da obrigação que lhes subjaz e a emissão da respetiva requisição oficial parcial, a emitir em função dos fundos disponíveis, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, devendo a emissão da fatura por parte do fornecedor ocorrer no prazo de 5 dias após a receção daquele compromisso e fazer obrigatoriamente referência aos respetivos números de requisição, de cabimento e de compromisso.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas serão pagas através de transferência bancária para o NIB indicado pelo fornecedor.
6. Ao presente contrato aplica-se a Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, e o Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, que prevalecem sobre a restante legislação em vigor, bem como o código dos contratos públicos a demais legislação sobre a matéria.

Cláusula 12.^a

Penalidades contratuais e resolução

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Arganil, pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos: Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens objeto do contrato, calculado de acordo com a seguinte fórmula: $P = PP \times V \times N$, em que P corresponde ao valor da pena, PP corresponde à percentagem da penalidade (1%), V corresponde ao valor contratual e N corresponde ao n.º de dias em atraso.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Município de Arganil pode exigir-lhe uma pena pecuniária, que não poderá ser superior a 20% do preço contratual.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Arganil terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
5. O Município de Arganil pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Arganil exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 13.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 14.^a

Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Arganil pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente em caso de atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Arganil.

Cláusula 15.^a

Resolução por parte do fornecedor

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial.
3. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Arganil, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo VI

Resolução de litígios

Cláusula 16.^a

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VII

Disposições finais

Cláusula 17.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes dependerá da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 18.^a

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 19.^a

Contagem de prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 20.^a

Fiscalização

Não obstante todos os direitos e deveres decorrentes do presente caderno de encargos, o Município de Arganil, reveste-se dos poderes conferidos pelo disposto no art.º 302.º do Código dos Contratos Públicos.



Este documento contém a assinatura digital de:
LUIS PAULO CARREIRA FONSECA DA COSTA Nº 522
O Presidente da Câmara
06-07-2020 01:24:12

ANEXO

Caraterísticas Técnicas e Disposições Específicas

Artigo 1.º

Características metrológicas

Os contadores a adquirir serão contadores aprovados de acordo com os requisitos da Diretiva n.º 2004/22/CE (MID) e da Diretiva n.º 2009/137/CE.

Artigo 2.º

Fornecimento e prazo de entrega

1. O fornecimento dos bens objeto do presente concurso será efetuado na sequência de envio de requisição, no âmbito do contrato a celebrar, com base nos preços unitários apresentados na proposta.
2. O transporte dos bens será da responsabilidade do adjudicatário.
3. O prazo de entrega dos bens a adquirir será no máximo 10 dias úteis após o envio de requisição.

Artigo 3.º

Preço contratual

O preço a pagar pelo Município de Arganil, será o constante da proposta adjudicada, sendo que este não poderá ultrapassar o valor base fixado no n.º2 da cláusula 1.º das disposições gerais do presente caderno de encargos.

Artigo 4.º

Prazo de garantia

O fornecedor deverá garantir os bens fornecidos pelo prazo apresentado na sua proposta.

Artigo 5.º

Local de entrega do bem

Os bens objeto do contrato deverão ser entregues nas instalações do Município de Arganil (Estaleiro Municipal).

Artigo 6.º

Selo de 1.ª Verificação

Todos os contadores serão entregues com selo de 1.ª verificação de forma a garantir a conformidade e a inviolabilidade dos mesmos.

Artigo 7.º Adequação

Os contadores devem poder ser instalados para funcionar em qualquer posição, salvo indicação clara em contrário.

Artigo 8.º Caudais de água

Os valores da gama de caudais devem observar as seguintes condições: $Q3 / Q1 \geq 10$; $Q2 / Q1 = 1,6$; $Q4 / Q3 = 1,25$.

Artigo 9.º

Procedimento de avaliação da conformidade

O adjudicatário deve fornecer a documentação técnica dos contadores de água nos termos do previsto no Decreto-lei 45/2017 de 27 de abril.

Artigo 8.º Mapa de Quantidades e especificações

	Características mínimas				
Diâmetro Nominal:	DN15	DN20	DN30	DN40	DN50
Tipo:	Volumétrico	Volumétrico	Volumétrico	Volumétrico	Woltman ou equivalente
PN	≥ 16	≥ 16	≥ 16	≥ 16	≥ 16
Aprovação	IPQ ou CEE (Selo e marca de 1ª Verificação)				
Divisão de verificação [m³]	0,00002	0,00002	0,00002	0,0002	0,0005
Capacidade de Leitura [m³]	9 999	9 999	99 999	999 999	999 999
Filtro de Partículas a montante	Sim				-
Anti Retorno	Sim				-
Caudal mínimo Q1 [m³/h]	0,00625	0,01	0,025	0,04	0,4
Caudal de transição Q2 [m³/h]	0,01	0,016	0,04	0,064	0,64
Caudal Permanente Q3 [m³/h]	2,5	4	10	16	40
Caudal de sobrecarga Q4 [m³/h]	3,125	5	12,5	20	50
R (≥):	400	400	400	400	100
Ligação [pol]	Roscada	Roscada	Roscada	Roscada	Flangeada
	3/4	1	1 1/2	2	2
Comprimento (L) [mm]	165	190	260	300	200
Largura (w1, w2) [mm]	65	65	85	105	-

Altura (H1) [mm]	60	60	70	75	-
Altura (H2) [mm]	220	240	280	300	-
Material	Latão				FFD
Erro máximo admissível Q2-Q4 (T ≤ 30°C)	+2%				
Erro máximo admissível Q2-Q4 (T > 30°C)	+3%				
Erro máximo admissível Q1-Q2	+5%				
Posição:	Adequado para funcionar em qualquer posição de instalação				Horizontal, Vertical ou Inclínada
Potabilidade:	Declaração em que conste que todos os contadores deverão ter certificação para utilização em contacto direto com água para consumo humano				
	Em caso de omissão, aplica-se o prescrito na norma NP EN14154-1:2005+A1 2008				
Quantidades [uni]	2566	49	4	26	3

Arganil, 17 de junho de 2020

O Presidente da Câmara

- Luís Paulo Costa, Dr.º